



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONCURSO PÚBLICO - Edital n. 01/2015.

Prova Objetiva – 24/05/2015

ANALISTA JUDICIÁRIO

INFORMAÇÕES:

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
2. A prova é composta de 60 questões objetivas.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas neste sentido aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica **azul** ou **preta**, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *tablet*, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
9. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
11. O candidato poderá retirar-se do local de prova, em definitivo, após transcorrida 1h de prova. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo. Após 3h de prova, é possível levar consigo este caderno de prova.

Duração total da prova: 4 horas

✂-----

RESPOSTAS					
01.	11.	21.	31.	41.	51.
02.	12.	22.	32.	42.	52.
03.	13.	23.	33.	43.	53.
04.	14.	24.	34.	44.	54.
05.	15.	25.	35.	45.	55.
06.	16.	26.	36.	46.	56.
07.	17.	27.	37.	47.	57.
08.	18.	28.	38.	48.	58.
09.	19.	29.	39.	49.	59.
10.	20.	30.	40.	50.	60.





LÍNGUA PORTUGUESA

Começam os alertas de fim da TV analógica

Julia Borba
De Brasília

O desligamento da TV analógica e o início da transmissão exclusiva dos canais de TV aberta no modelo digital começam em novembro.

Inicialmente, apenas a cidade de Rio Verde (GO) será afetada. Ela foi a escolhida pelo governo federal como piloto para a alteração.

O cronograma fixado pelo Ministério das Comunicações prevê que o processo ocorrerá gradualmente entre 2016 e 2018 em todo país.

De abril a novembro de 2016, por exemplo, capitais como Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Rio entrarão na lista – nessa ordem.

A partir de hoje, moradores das cidades que estão nesse primeiro bloco, que compreende o Distrito Federal e outras 11 cidades do interior goiano e mineiro, começarão a ser alertados sobre a mudança.

A intenção da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) é que os alertas iniciem sempre com uma antecedência de 12 meses, dando tempo para adaptação dos aparelhos pelas famílias.

O aviso ocorrerá durante a transmissão da programação da TV. Uma letra "A" aparecerá na tela quando o canal estiver sendo transmitido com a tecnologia analógica. Na parte inferior do televisor, um texto dirá que aquela programação estará disponível apenas em formato digital a partir de determinada data.

Inclusão – Para assistir aos canais na tecnologia digital, os televisores antigos terão de ser ligados a um conversor digital ou trocados por aparelhos mais modernos.

Segundo regras estabelecidas pela agência reguladora, a troca do modelo só será autorizada, em cada município, quando mais de 93% das residências tiverem captando o sinal com a nova tecnologia.

"A palavra de ordem é inclusão. Vamos trabalhar para que não haja exclusão de nenhum domicílio. Claro que há complexidades nesse processo, mas vamos fazer pesquisas para identificar se há regiões que precisam de políticas específicas [para adaptação da população] a serem definidas no momento oportuno", disse o ministro Ricardo Berzoini (Comunicações).

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1613597-comecam-os-alertas-de-fim-da-tv-analogica.shtml>>. Acesso em: 08/04/2015.

1. Os mecanismos sintáticos selecionados para a construção de um texto contribuem para a clareza do que é transmitido. Assinale o que for **CORRETO** em relação a esse tipo de mecanismo.
 - A) O termo "gradualmente entre 2016 e 2018 em todo país." (3º parágrafo) corresponde à função de objeto direto da forma verbal "ocorrerá".
 - B) "A partir de hoje, moradores das cidades que estão nesse primeiro bloco, que compreende o Distrito Federal e outras 11 cidades do interior goiano e mineiro, começarão a ser alertados sobre a mudança." Há erro de concordância nesse trecho: o sujeito da forma verbal "começarão a ser" é "primeiro bloco", portanto, o verbo deve ir para o singular "começará a ser".
 - C) No trecho "O aviso ocorrerá durante a transmissão da programação da TV.", "programação de TV" funciona como objeto indireto da forma verbal "ocorrerá".
 - D) No trecho "Na parte inferior do televisor, um texto dirá que aquela programação estará disponível apenas em formato digital a partir de determinada data" deve-se colocar o acento marcador de crase no "a" que antecede a forma verbal "partir".
 - E) Em "Inicialmente, apenas a cidade de Rio Verde (GO) será afetada." (2º parágrafo), o agente da passiva está elíptico, a fim de se evitar a repetição de termos. Essa elipse refere-se aos termos "desligamento da TV analógica e o início da transmissão exclusiva dos canais de TV aberta no modelo digital".
2. Leia as frases e verifique o uso da concordância.
 - I. Não é necessário mais dados para sentir a força da longevidade atuando no conjunto da população.
 - II. Durante décadas, ensinava-se, em aulas de Geografia, que o Brasil era um país jovem.
 - III. A queda nas taxas, tanto de mortalidade quanto de natalidade, alteraram a pirâmide demográfica.
 - IV. A esperança de vida que girava em torno de 60 anos, nos anos 80 do século passado, ultrapassaram os 70 anos.



Marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Apenas I, II e IV estão corretas.
- B) I, II, III e IV estão corretas.
- C) Apenas II está correta.**
- D) Apenas II, III, e IV estão corretas.
- E) Apenas I e III estão corretas.

TEXTO I

Era uma velha sequinha que, doce e obstinada, não parecia compreender que estava só no mundo. Os olhos lacrimejavam sempre, as mãos repousavam sobre o vestido preto e opaco, velho documento de sua vida. No tecido já endurecido encontravam-se pequenas crostas de pão coladas pela baba que lhe ressurgia agora em lembrança do berço. Lá estava uma nódoa amarelada, de um ovo que comera há duas semanas. E as marcas dos lugares onde dormia. Achava sempre onde dormir, casa de um, casa de outro. Quando lhe perguntavam o nome, dizia com voz purificada pela fraqueza e por longuíssimos anos de boa educação:

- Mocinha.

As pessoas sorriam. Contente pelo interesse despertado, explicava:

- Nome, nome mesmo, é Margarida.

(...)

LISPECTOR, Clarice. **O grande passeio**. In: *Felicidade clandestina*: contos. Rio de Janeiro. Rocco, 1998, p. 29.

TEXTO II

(...)

- Bem, pode ser assim e pode não ser. Agora, tudo pronto. Dá um passo pra frente, George Jackson. E atenção, sem pressa... venha bem devagar. Se tem alguém com você, que ele fique atrás... se ele se mostrar vai levar um tiro. Venha agora. Devagar, empurra a porta pra abrir, você mesmo... uma fresta apenas para entrar se espremendo, entende?

Não me apressei, não ia dar, mesmo querendo. Dei um passo lento de cada vez, e não tinha nenhum barulho, achei que escutava só o meu coração. Os cachorros tavam tão quietos como os humanos, mas seguiam um pouco atrás de mim. Quando cheguei nos três degraus de tora, escutei as pessoas destrancando, tirando a barra de ferro e o ferrolho. Coloquei a mão na porta e empurrei um pouco e um pouco mais, até que alguém disse: "Aí, já tá bom – bota a cabeça pra dentro". Enfiei a cara na fresta, mas achava que eles iam cortar minha cabeça fora.

A vela tava no chão, e ali estavam todos eles, olhando pra mim, e eu pra eles, durante um quarto de minuto. Três homens grandes com espingardas apontadas para mim, o que me fez tremer, vou lhe contar. O mais velho, grisalho e com uns sessenta anos, os outros dois com trinta ou mais – todos refinados e bonitos – e uma senhora grisalha muito doce, e atrás dela duas jovens que eu não conseguia ver direito.

TWAIN, Mark. *As aventuras de Huckleberry Finn*. Trad. Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM. 2011, p.112.

3. A exploração das percepções sensoriais é utilizada tanto em textos literários como do cotidiano para ampliar a expressividade do que se diz. Sobre esse assunto, avalie os enunciados a seguir, transcritos de dois clássicos literários, e marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Era uma velha sequinha que, doce e obstinada, não parecia compreender que estava só no mundo. Os olhos lacrimejavam sempre, as mãos repousavam sobre o vestido preto e opaco, velho documento de sua vida. (percepções presentes na descrição: gustativa e visual.)**
- B) Lá estava uma nódoa amarelada, de um ovo que comera há duas semanas. E as marcas dos lugares onde dormia. (percepção presente na descrição: olfativa.)
- C) Dei um passo lento de cada vez, e não tinha nenhum barulho, achei que escutava só o meu coração. Os cachorros tavam tão quietos como os adultos. (percepções presentes na descrição: tátil e visual.)
- D) Coloquei a mão na porta e empurrei um pouco e um pouco mais, até que alguém disse: "Aí, já tá bom – bota a cabeça pra dentro". (percepção presente na descrição: visual.)
- E) uma senhora grisalha muito doce, e atrás dela duas jovens que eu não conseguia ver direito. (percepções presentes na descrição: auditiva e visual.)



4. O Procon informou nesta segunda-feira (13) que vai notificar a Apas (Associação Paulista de Supermercados) porque supermercados da cidade de São Paulo estão cobrando pelas novas sacolinhas plásticas biodegradáveis. O órgão diz que a cobrança fere o Código de Defesa do Consumidor, já que o custo das sacolinhas já está embutido no preço dos produtos.

A lei das sacolinhas, em vigor desde o início deste mês, diz que os estabelecimentos só poderão fornecer sacolas verdes e cinzas padronizadas pela prefeitura. As sacolas brancas não poderão mais ser distribuídas.

O objetivo da regra é estimular a separação do lixo entre resíduos recicláveis e orgânicos.

Desde que a lei passou a vigorar, é comum encontrar supermercados que cobram de R\$ 0,08 a R\$ 0,10 pelas novas sacolas.

Folha de S. Paulo, Dinheiro, 13 abr. 2015, p. D3.

A interpretação que **NÃO** distorce informações apresentadas no texto encontra-se na alternativa:

- A) O Procon quer estimular a cobrança das sacolinhas para reduzir o uso.
- B) Por serem mais caras que as sacolinhas comuns, as biodegradáveis devem ser cobradas.
- C) Os supermercados buscaram guarida no Procon para cobrar pelas novas sacolinhas.
- D) A Associação Paulista de Supermercados não está substituindo as sacolas brancas.
- E) A cor das sacolinhas está relacionada a um estímulo de responsabilidade ambiental.

Leia o texto, a seguir, para responder à questão.

Graças à língua, o homem liberta-se das circunstâncias imediatas, o 'aqui e agora', e expande para o passado e o futuro o cenário em que se passam os episódios de sua vida. Ou seja: graças à língua, o homem nomeia ou evoca seres não presentes na situação de fala; reporta-se a situações e experiências passadas, revive-as e provoca em seu ouvinte ou leitor sensações análogas às que experimentou; projeta experiências futuras ou cria seres que compõem cenários imaginários e participam de acontecimentos imaginários.

Graças à língua, os conteúdos expressos em nossos enunciados não precisam, portanto, ser reflexos de dados presentes na situação comunicativa, mas sempre hão de ser conceitos potencialmente significativos, aptos a compor textos que podem ser produzidos em lugares e épocas distintos do espaço e tempo em que as coisas relatadas ou referidas ocorreram.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011, p. 49.

5. De acordo com o texto,
- A) toda língua sofre alterações ao longo do tempo; mudanças significativas, capazes de transformar sensivelmente a estrutura linguística.
 - B) a linguagem humana é um fenômeno de natureza múltipla, no qual interagem fatores biológicos, psicológicos, afetivos, culturais e científicos.
 - C) o papel da linguagem na expressão de conceitos significativos torna o ser humano capaz de criar os universos de sentido que circulam na sociedade sob a forma de textos.
 - D) todos reconhecem que as palavras nomeiam de forma exata as ideias, as entidades e os objetos, por isso a comunicação humana é eficaz e infalível.
 - E) a língua – músculo sensitivo do paladar – é o principal instrumento de transformação e multiplicação dos sons.
6. Para alguns usuários do português, a língua inglesa funciona como um algoz, pois os vocábulos ingressantes no idioma refletem a hegemonia dos Estados Unidos e do Reino Unido e uma suposta perda cultural e política.
- Revista Língua Portuguesa*, n.º 114, abril 2015, p. 42 (excerto).

As palavras podem assumir diferentes significados dependendo, além de outras características, do contexto em que são empregadas. No excerto lido, as palavras “algoz” e “hegemonia” significam, respectivamente,

- A) amigo e vanguarda.
- B) exemplo e dominação.
- C) refúgio e condição.
- D) carrasco e superioridade.
- E) medo e elegância.



Gerente 'amplia' furto de picanha e é preso junto com ladrão em SC

O furto de picanha de um mercado em Brusque (SC) levou tanto o ladrão como o gerente do local para a cadeia. Isso teve um motivo: ao dar queixa à polícia, o funcionário admitiu que, para tentar garantir que o ladrão ficasse preso, mais que triplicou o número de peças furtadas.

O caso gerou polêmica em redes sociais e em sites jurídicos, após o delegado que fez as prisões publicar um artigo intitulado "Não fiz concurso para Batman". No texto, ele defende que a polícia aplique a lei e não tente agradar os que buscam vingança.

Segundo o delegado David Queiroz de Souza, que já foi investigador da Polícia Civil de SP e hoje é titular da Delegacia da Mulher em Brusque, o episódio ocorreu no último sábado (4), quando ele dava plantão na delegacia regional.

O ladrão, que já era monitorado pelos seguranças do mercado por causa de furtos anteriores, foi abordado na saída da loja. A PM foi chamada e o levou à delegacia com 14 peças de picanha.

Queiroz tomou depoimento do gerente do supermercado e, depois, do suspeito, que admitiu o furto, mas destacou que estava levando quatro peças de carne, e não 14. O delegado questionou o gerente.

"Ele falou: 'Vou ser sincero. Se eu trouxesse ele aqui com 4 kg de carne, não ia dar em nada, então eu coloquei mais mesmo'. Eu respirei fundo, tentei me lembrar por que entrei na polícia, há 15 anos, e expliquei para ele, até pessoalmente constrangido, que ele também tinha cometido um crime", diz o delegado.

O ladrão foi preso em flagrante por furto, e o gerente, por fraude processual – cuja pena varia de três meses a dois anos de detenção e multa.

O primeiro não pagou a fiança, arbitrada em um salário mínimo (R\$ 788), e foi para o sistema prisional. Já o gerente pagou fiança de cerca de dois salários mínimos e foi liberado. A polícia não informa os nomes deles. (...)

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1614175-gerente-amplia-furto-de-picanha-e-e-preso-junto-com-ladrao-em-sc.shtml>>. Acesso em: 09/04/2015. (adaptado).

7. A coesão é responsável pela ligação das partes dos textos. Uma boa coesão garantirá clareza e fluência na leitura. Sobre esse assunto, marque a alternativa **CORRETA**.
- A) Em "O caso gerou polêmica em redes sociais e em sites jurídicos, após o delegado que fez as prisões publicar um artigo intitulado 'Não fiz concurso para Batman'.", o termo em destaque refere-se à publicação de um artigo pelo delegado.
 - B) Em "Segundo o delegado David Queiroz de Souza, que já foi investigador da Polícia Civil de SP e hoje é titular da Delegacia da Mulher em Brusque, o episódio ocorreu no último sábado (4), quando ele dava plantão na delegacia regional", a palavra destacada retoma "polêmica em redes sociais e em sites jurídicos".
 - C) No sexto parágrafo, o pronome pessoal de terceira pessoa "ele" ocorre duas vezes. Nos dois casos, ele tem o mesmo referente. O mesmo acontece com o pronome pessoal de primeira pessoa "eu", que ocorre três vezes, mas nesse caso as ocorrências referem-se a pessoas diferentes.
 - D) "A polícia não informa o nome deles", a palavra destacada retoma: o ladrão, a vítima/criminoso e o delegado do caso.
 - E) Em "O furto de picanha de um mercado em Brusque (SC) levou tanto o ladrão como o gerente do local para a cadeia. Isso teve um motivo:.." O termo em destaque retoma a prisão do ladrão e da vítima, ideia anteriormente apresentada.
8. Marque a alternativa em que o emprego da crase está **ERRADO**.
- A) As pesquisas na área de estresse têm incluído o estudo dos efeitos negativos do estresse no que se refere à profissão.
 - B) O pouco tempo dedicado à família em função do alto investimento no trabalho acarreta a falta de suporte e apoio quando necessário.
 - C) O estresse pode ser originado de fontes internas que estão relacionadas com a maneira de ser do indivíduo, tipo de personalidade e seu modo típico de reagir à vida.
 - D) A dinâmica de trabalho dos advogados pode prejudicar à saúde física e psicológica, se estratégias adequadas e suficientes não forem utilizadas.
 - E) A responsabilidade civil está intimamente ligada à ação ou à omissão do sujeito que provoca um dano a outrem.
9. O Brasil ficou de fora, mas a Argentina conquistou novamente uma vaga no Oscar de melhor filme estrangeiro, depois de levar o prêmio, em 2010, por *O Segredo dos Seus Olhos*. Em seu primeiro longa-metragem, o diretor argentino Damián Sziffrón faz um trabalho repleto de frescor e criatividade. São seis histórias, também assinadas por ele, tão boas e surpreendentes que, em muitos momentos, terminam com um gosto de quero mais. O prólogo já arrebatou. Num avião, os passageiros percebem ter algo em comum: todos conhecem um sujeito chamado Pasternak. A coincidência vai acabar de forma assustadoramente divertida. A partir daí, os demais relatos trazem a vingança como tema — e o humor negro reina. Dois deles sobressaem. Em *Bombita*, Ricardo Darín interpreta um engenheiro que vive di-



as de cão por causa da burocracia portenha. Isso porque seu carro foi guinchado no momento em que ele pegava o bolo de aniversário da filha. No mais alucinante dos contos, o ator Leonardo Sbaraglia entra na pele do antipático dono de um Audi. Ele segue por uma estrada deserta, faz chacota com o motorista de um veículo caindo aos pedaços e, quando menos espera, tem o pneu de seu carrão furado. O confronto entre os homens se dá em meio a uma violência quase cartunesca. Fica fácil notar as influências do realizador, que vão de Tarantino aos irmãos Agustín e Pedro Almodóvar (produtores da fita), passando pelo “terror” de Sam Raimi (*Arrasta-me para o Inferno*). Outra boa notícia é o resultado da comédia: embora seja uma trama em episódios, há uma afinada unidade entre eles.

Disponível em: <<http://vejabrasil.abril.com.br/brasil/materia/trofeu-das-telonas-4109>>. Acesso em: 10/04/2015.

Assinale a alternativa que reproduz um trecho no qual esteja explícito um juízo de valor sobre o filme *Relatos Selvagens*.

- A) “O confronto entre os homens se dá em meio a uma violência quase cartunesca.”
- B) “O Brasil ficou de fora, mas a Argentina conquistou novamente uma vaga no Oscar de melhor filme estrangeiro...”
- C) “Num avião, os passageiros percebem ter algo em comum: todos conhecem um sujeito chamado Pasternak.”
- D) “Isso porque seu carro foi guinchado no momento em que ele pegava o bolo de aniversário da filha.”
- E) “Ele segue por uma estrada deserta, faz chacota com o motorista de um veículo caindo aos pedaços e, quando menos espera, tem o pneu de seu carrão furado.”

10. Em fevereiro, nossos pesquisadores foram a dez restaurantes espalhados por vários bairros da cidade do Rio de Janeiro, de modo anônimo, para avaliar o serviço prestado pelos estabelecimentos. Em cada estabelecimento, eles **se(1)** dividiram em dois grupos, sentados em mesas diferentes, para saber **se(2)** a quantidade de *couvert* difere entre as mesas de acordo com o número de integrantes e como é feita a sua cobrança.

Ao sentarem-**se(3)**, as pessoas deveriam solicitar as bebidas e aguardar o garçom oferecer o *couvert*. **Se(4)** este não fosse oferecido, eles deveriam solicitá-lo ao garçom. Caso o *couvert* fosse servido sem o garçom perguntar **se(5)** os clientes o desejavam e gerasse algum custo, o porta-voz do grupo deveria questionar o garçom sobre a sua cobrança.

Revista *ProTeste*, nº 145, p. 36, abril 2015.

Sobre a função da palavra **SE**, assinale a alternativa que apresenta a classificação **CORRETA** para todas as ocorrências.

- A) (1) pronome pessoal recíproco; (2) conjunção integrante; (3) pronome pessoal recíproco; (4) conjunção subordinativa concessiva; (5) conjunção subordinativa condicional.
- B) (1) pronome apassivador; (2) conjunção subordinativa concessiva; (3) pronome pessoal reflexivo; (4) conjunção subordinativa condicional; (5) conjunção integrante.
- C) (1) pronome pessoal reflexivo; (2) conjunção integrante; (3) pronome pessoal reflexivo; (4) conjunção subordinativa condicional; (5) conjunção integrante.
- D) (1) pronome pessoal recíproco; (2) conjunção integrante; (3) pronome pessoal recíproco; (4) conjunção subordinativa condicional; (5) conjunção subordinativa condicional.
- E) (1) pronome pessoal reflexivo; (2) conjunção subordinativa condicional; (3) pronome pessoal reflexivo; (4) índice de indeterminação do sujeito; (5) conjunção integrante.

11. Assinale a alternativa que dá sequência, de modo coeso e coerente, ao trecho a seguir.

No direito brasileiro, a legitimidade de certos aspectos das relações de família deslocou-se para o âmbito das decisões judiciais. Atualmente, as questões que cercam o casamento, a separação, o divórcio, os alimentos, entre tantas outras da mesma espécie, encontraram no sistema judiciário um espaço institucionalizado de definição do que é a família.

Adaptado de ZARIAS, Alexandre. A família do direito e a família no direito: a legitimidade das relações sociais entre a lei e a Justiça.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.74, p. 61-76, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2015.

- A) Trata-se de uma solução irrevogável cujos aspectos técnico-legais não são compatíveis com a atuação de juristas e de operadores do direito.
- B) A ampliação do direito do consumidor não significou necessariamente o aumento do número de ações nos tribunais.
- C) Essa nova lei não só expandiu os significados do termo “família”, mas também fez com que tais significados pudessem ser legitimados por meio do júri popular.



- D) Nesses termos, pode-se concluir que a história do direito não é a história da transmissão de bens culturais e manutenção de determinado grupo social no poder.
- E) Tal fato fez com que a questão social, antes enraizada nos textos legais referentes à família, ganhasse novos contornos em face da procura e da oferta de serviços na Justiça.

12. O que é um grande linguista? Os grandes linguistas se distinguem pelo fato de que, conhecendo e analisando as línguas, descobrem propriedades da linguagem por meio das quais interpretam e inovam o “estar no mundo” dos sujeitos falantes.

Julia Kristeva, filósofa e crítica literária, em prefácio a Últimas aulas no College de France, de Émile Benveniste (Editora Unesp, 2014). *Revista Língua Portuguesa*, n.º 112, fev. 2015, p. 7.

As relações entre as ideias de um texto podem ser estabelecidas em sua superfície, pelas conjunções ou por estruturas sintáticas que revelam essas ligações de outras maneiras. O trecho “conhecendo e analisando as línguas” pode ser substituído sem alteração de sentido, no contexto em que ocorre, pela seguinte construção:

- A) quando conhecerem e analisarem as línguas.
- B) apesar de conhecerem e analisarem as línguas.
- C) embora conheçam e analisem as línguas.
- D) por conhecerem e analisarem as línguas.
- E) em que pese conhecerem e analisarem as línguas.

Filme faz alerta sobre riscos à democracia com tom de suspense

Eleonora de Lucena
De São Paulo

Chefes de Estado, executivos, cientistas, cidadãos: nada escapa ao poder de espionagem dos EUA. Consolidando dados de corporações como Google, Facebook, Apple, de cartões de crédito e companhias telefônicas, o governo norte-americano pode remexer na vida de quem quiser.

Foi o que Edward Snowden escancarou em série de reportagens de Glenn Greenwald. Os bastidores da revelação estão em "Cidadão quatro".

A diretora Laura Poitras, que acompanhou a apuração, filmou o encontro de Snowden com jornalistas do diário inglês "The Guardian". Num quarto de hotel com cortinas fechadas, o especialista em computadores mostrou arquivos, respondeu a perguntas, falou um pouco de si.

Rodado enquanto as primeiras notícias do caso eram produzidas, o filme tem frescor jornalístico. Snowden, de cara, diz saber dos riscos que corre. Declara não ter medo.

Tem uma missão: denunciar o esquema de espionagem. Aos poucos, vai demonstrando mais preocupação. Fica sabendo que sua casa está sendo vigiada e surgem problemas esquisitos no pagamento do seu aluguel.

Sua identidade logo será revelada, a tensão cresce e ele espia pelas cortinas. Snowden desabafa: não saber o que vai acontecer é assustador, mas tem um lado libertador.

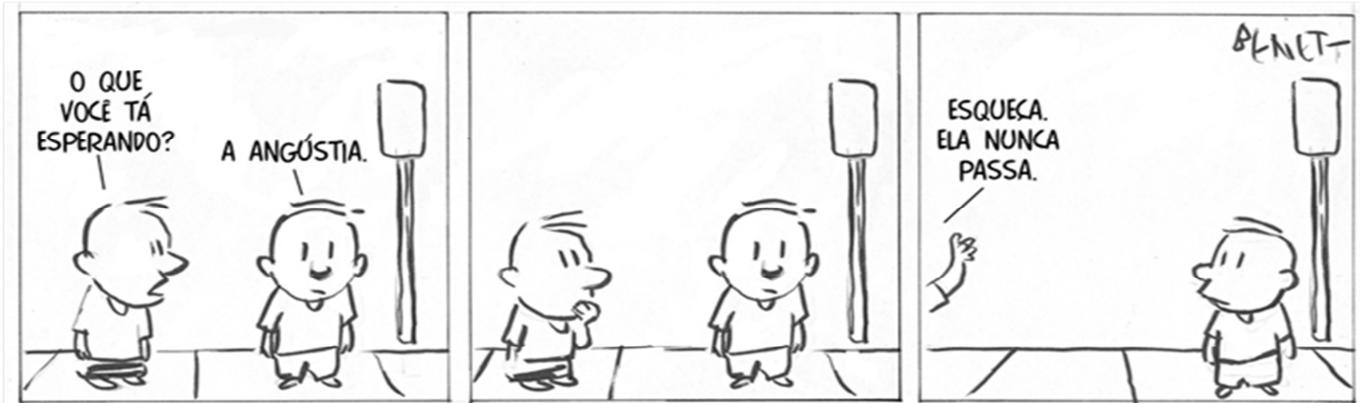
Em clima de suspense, o filme mostra conversas por bilhetes e trabalhos em computador ocultos por pano. Poitras capta de forma crua. A diretora expõe debates jurídicos e políticos sobre o Ato Patriota, que aniquilou a privacidade nos EUA e mundo afora.

Para além da privacidade, o que o filme defende é que o próprio sistema democrático está em risco. Afinal, com o pretexto de combater o terrorismo, o governo dos EUA se dá o direito de fazer de tudo. "Cidadão quatro" é um necessário e preocupante alerta.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/215294-filme-faz-alerta-sobre-riscos-a-democracia-com-tom-de-suspense.shtml>>. Acesso em: 10/04/2015.

13. O objetivo desse texto é:

- A) fazer apreciações sobre um filme e descrevê-lo de modo sintético.
- B) alertar para os riscos que as espionagens norte-americanas representam para o sistema democrático.
- C) enaltecer Edward Snowden pelos risco que ele ainda corre por denunciar a espionagem americana.
- D) colocar em xeque o modo como as informações para o filme foram obtidas.
- E) o perigo da espionagem americana, como colocado no texto, limita-se à ficção.



14. A construção do humor, nessa tira, se dá:

- A) pela oposição dos termos “angústia” e “passa”.
- B) pela coerência estabelecida entre a linguagem verbal e não verbal.
- C) pela polissemia do termo “passa”.
- D) pela ironia do termo “esperando”.
- E) pelo emprego de linguagem informal.

As Olimpíadas já começaram (e muito bem) para os torcedores

por Antonio Carlos Prado e Elaine Ortiz

Ao meio-dia da terça-feira 31, foi aberta a fase de reserva de ingressos para as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Passava pouco das oito horas da noite quando chegou-se à casa do meio milhão de bilhetes solicitados – e ainda falta um ano e quatro meses para o início da competição. Nessa fase atual, que irá até o final do mês, quem se cadastrou para assistir aos Jogos pede ingressos para aquilo que mais gostaria de ver (é possível se inscrever em até 20 eventos, com a média de cinco entradas em cada um). Em junho acontecerá o sorteio que definirá para cada torcedor se ele assistirá ou não ao que queria.

Há 7,5 milhões de ingressos disponíveis. O preço dos bilhetes vão de R\$ 40 a R\$ 1,2 mil. 51% dos ingressos custam entre R\$ 40 a R\$ 70.

Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/assuntos/semana/1>>. Acesso em: 05.04.2015.

15. Uma das orações dessa notícia não está de acordo com a norma culta da língua portuguesa no que diz respeito às regras de concordância. Assinale a alternativa em que foi transcrita a oração **INCORRETA**, seguida da **DEVIDA CORREÇÃO**.

- A) “Passava pouco das oito horas da noite quando...”. **CORREÇÃO:** Passavam pouco das oito horas da noite quando...
- B) “O preço dos bilhetes vão de R\$ 40 a R\$ 1,2 mil.”. **CORREÇÃO:** O preço dos bilhetes vai de R\$ 40 a R\$ 1,2 mil.
- C) “...e ainda falta um ano e quatro meses para o início da competição.”. **CORREÇÃO:** e ainda faltam um ano e quatro meses para o início da competição.
- D) “Há 7,5 milhões de ingressos disponíveis.”. **CORREÇÃO:** Existem 7,5 milhões de ingressos disponíveis.
- E) “51% dos ingressos custam entre R\$ 40 a R\$ 70.”. **CORREÇÃO:** 51% dos ingressos custa entre R\$ 40 a R\$ 70.

Soul e black music temperam novo churrasco de Seu Jorge

Em time que está ganhando não se mexe, certo? Talvez. A máxima dos técnicos de futebol das antigas foi seguida à risca apenas em parte por Seu Jorge no lançamento de seu novo álbum, *Musica para Churrasco – Volume II*.

Gazeta do Povo, caderno G, 6 abr. 2015, p. 1 (excerto).



16. O acento grave, indicativo da ocorrência de crase, pode ter várias justificativas em língua portuguesa. No texto lido, há uma ocorrência de crase em “à risca”. Assinale a alternativa cujo acento grave pode ser justificado pelo mesmo motivo que ocorre no texto.

- A) Vamos ao restaurante comer frango à passarinho.
- B) A vacinação acontecerá das 8h às 18h.
- C) Não posso mais ficar sentado à beira do caminho.
- D) Os alunos vão à escola com alegria.
- E) Maria vai à França dos seus sonhos.

Brasil adota regra que prevê dois tripulantes na cabine

Empresas aéreas seguirão recomendação da Anac dada após tragédia nos Alpes

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) recomendou nesta terça-feira (31) às companhias aéreas brasileiras que mantenham, durante todo o voo, dois tripulantes na cabine de comando.

A medida foi tomada depois que um avião da companhia alemã Germanwings caiu nos Alpes franceses, no último dia 24, matando todas as 150 pessoas a bordo.

Gol, Azul e Avianca, três das quatro maiores empresas do país, devem adotar o procedimento já nos próximos dias. A TAM já mantém dois tripulantes na cabine durante todo o voo desde 2011.

Diante da recomendação da Anac, as três companhias que ainda não implantaram o procedimento emitirão uma instrução aos tripulantes, de acordo com Ronaldo Jenkins, diretor de segurança da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas). A partir da entrada em vigor da recomendação, sempre que um dos dois pilotos deixar a cabine de comando – para ir ao banheiro, por exemplo –, um tripulante deverá se manter no cockpit ao lado do piloto que ficou.

Porta Trancada – No acidente da Germanwings, o comandante saiu para ir ao banheiro e não conseguiu voltar, porque a porta estava trancada por dentro.

A principal suspeita das autoridades é de que o copiloto Andreas Lubitz tenha deliberadamente se trancado na cabine de comando e lançado o avião contra os Alpes. O caso está sob investigação.

Nos dias seguintes à tragédia, companhias aéreas de todo o mundo anunciaram a disposição de manter dois tripulantes no cockpit durante todo o tempo de voo.

A Easa (autoridade de aviação da Europa) também emitiu recomendação similar à da Anac. A agência brasileira disse que, a depender do resultado das investigações da queda na França, poderá revisar a recomendação.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/214325-brasil-adota-regra-que-preve-dois-tripulantes-na-cabine.shtml>>. Acesso em: 05/04/2015.

17. A partir das informações dessa notícia, é **CORRETO** afirmar que:

- A) a Anac afirmou que, dependendo das investigações da queda na França, poderá rever a recomendação feita pela Easa.
- B) além da Gol, Azul e Avianca, mais três companhias devem adotar a determinação da ANAC nos próximos dias. A TAM já mantém dois tripulantes na cabine durante todo o voo desde 2011.
- C) o diretor de segurança da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), Ronaldo Jenkins, determinou que as companhias que ainda não implantaram o procedimento recomendado pela ANAC emitam uma instrução aos tripulantes.
- D) antes da queda do avião da Germanwings, a TAM já mantinha dois tripulantes na cabine durante todo o voo. Esse procedimento deve ser adotado também por outras empresas aéreas no mundo todo.
- E) a entrada em vigor da recomendação da ANAC depende do resultado das investigações da queda do avião da Germanwings, na França.

O TREMA

“Caro Sérgio, sou fã do Consultório e gostaria de dividir com você uma singela angústia – a supressão do trema após a entrada em vigor do Acordo Ortográfico. Permito-me a opinião de que a extinção do famigerado diacrítico foi um grande desserviço. Gerações lusófonas posteriores, deparadas com vocábulos como ‘equidade’ e ‘equiparar’, poderiam se perguntar: ‘Onde reside a diferença fonética entre esses termos, se ambos possuem o mesmo radical?’” (Luís Carlos Duran)

A angústia de Luís Carlos é compreensível: a ortografia é um hábito e, como todo hábito, mudá-lo costuma provocar desconforto.



A pronúncia das palavras é, historicamente, um fato anterior à sua expressão escrita em qualquer idioma, e tem seus próprios mecanismos de permanência. Aliás, para conhecer os efeitos da abolição do trema para os falantes de português, não será preciso esperar nada: basta perguntar hoje mesmo aos portugueses, que em geral continuam pronunciando tais palavras da mesma forma que o faziam até 1945, antes de exterminarem esse sinal diacrítico por lá. Disponível em: <www.veja.com/sobrepalavras>. Veja, Edição 2354, p. 26, 1 de janeiro de 2014. Acesso em: abril de 2015.

18. De acordo com o texto podemos afirmar:

- I. O leitor está angustiado com o uso do trema.
- II. O escritor afirma que a ortografia é um hábito.
- III. A pronúncia correta das palavras veio com a escrita.
- IV. Os portugueses continuam pronunciando as palavras corretamente mesmo sem o trema.
- V. O trema foi extinto em Portugal em 1945.

Marque a sequência **CORRETA** das afirmações.

- A) F – V – F – V – V.
- B) V – V – V – F – F.
- C) F – F – V – V – V.
- D) V – F – V – F – V.
- E) F – V – V – F – V.

19. Leia o fragmento de texto abaixo e complete as lacunas com o elemento coesivo correspondente à informação contida entre parênteses. Depois, identifique a alternativa que contenha o conjunto de elementos coesivos respectivos a cada coluna.

O trigo representa um terço do custo final do pãozinho. A maior parte do cereal, pouco produzido no Brasil, vem da Argentina e de outros países. Trata-se de produto negociado internacionalmente, com preços em dólar. (tempo) a moeda americana se valoriza, as padarias não demoram em reajustar o preço. Em abril, o pão deverá ficar cerca de 10% mais caro. Este é apenas um exemplo de como o valor do dólar afeta o custo de muitas mercadorias produzidas localmente. O etanol é feito a partir da cana-de-açúcar cultivada no Brasil,(oposição) ainda assim pode ficar mais caro (tempo) o dólar sobe. Por quê? Explica-se: (condição) o preço não é reajustado aqui, fica mais interessante para o produtor vender álcool (alternância) açúcar no mercado externo do que comercializar etanol no Brasil.

O efeito alcança produtos industriais. Muitos dos insumos, peças e máquinas são importados. O dólar mais caro (adição) inibe as importações, reduzindo a competição e dando aos fabricantes locais maior liberdade de elevar os seus preços. (causa e consequência), estima-se que, em média, um aumento de 10% no dólar eleve a inflação anual em 1 ponto percentual.(conclusão) toda vez que a moeda americana sobe, o poder de compra dos brasileiros desce.

(Veja, São Paulo, n.14, p. 82, 8 abr. 2015)

- A) se, contudo, quando, se, ou, sempre, porque, visto que
- B) sempre que, mas, quando, se, ou, também, por tudo isso, portanto
- C) quando, porém, quando, se, ou, contudo, pois, assim
- D) sempre, mas, se, se, ou, contudo, porque, portanto
- E) à medida que, todavia, quando, conforme, ou, sempre, porém, por conseguinte

20. Leia o fragmento de texto abaixo e identifique a alternativa que preencha adequadamente as lacunas em branco.

Grande parte dos debates políticos contemporâneos é sobre como promover a prosperidade, melhorar nosso padrão de vida, ou impulsionar o desenvolvimento econômico. nos importamos com essas coisas? A resposta mais óbvia é: achamos que a prosperidade nos torna mais felizes do que seríamos sem ela – como indivíduos ou como sociedade. A prosperidade é importante contribui para o nosso bem-estar. Para explorar essa ideia, voltamos para o utilitarismo, a mais influente explicação do e do “como” maximizar o bem-estar ou (como definem os utilitaristas) procurar a máxima felicidade para o maior número de pessoas.

(SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014).

- A) por que, por que, porque, porque
- B) por que, por quê, porque, porquê
- C) porque, por que, porque, porque
- D) por que, porque, porque, porquê
- E) porque, porque, por que, porque



CONHECIMENTOS GERAIS

21. A Resolução nº 98/2013 do Tribunal de Justiça institui o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre seus dispositivos, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É vedado ao servidor aceitar presentes, mesmo nos casos protocolares e ainda que sejam brindes que não tenham valor comercial.
 - B) Em qualquer hipótese, é vedado ao servidor investido em função ou cargo de gestão opinar publicamente a respeito do mérito de questão que lhe for submetida para decisão individual ou em colegiado, mesmo aquelas de conhecimento geral.
 - C) Não é vedado ao servidor aceitar brindes que forem distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de 1/5 do salário mínimo.
 - D) Sob pena de infração ética, é expressamente vedado ao servidor investido em função ou cargo de gestão manter qualquer percentual de participação acionária em sociedades empresariais, seja de natureza pública ou privada, independentemente da natureza das atividades por ela exercidas.
 - E) No ato de homologação de resultado do respectivo concurso público e antes de tomar posse, o servidor deverá assinar prestação de compromisso solene de acatamento e observância às regras estabelecidas no Código de Ética da Justiça Estadual.
22. São deveres éticos fundamentais do servidor da Justiça Estadual, segundo o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul:
- A) apresentar-se para o trabalho adequadamente vestido, seguindo o padrão da sociedade civil.
 - B) participar dos estudos que se relacionem com treinamentos e com a melhoria do exercício de suas funções, mesmo quando não convocado.
 - C) exercer sua função, poder ou autoridade, mesmo com finalidade estranha ao interesse público, desde que observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.
 - D) cumprir com presteza todas as ordens e instruções superiores, mesmo que as tarefas que lhe forem atribuídas não estejam relacionadas a seu cargo ou função.
 - E) colaborar com a fiscalização dos atos ou serviços por quem de direito.
23. Em relação ao Processo Administrativo Disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, é **CORRETO** afirmar que:
- A) se o ilícito praticado pelo servidor ensejar apenas a imposição de penalidade de suspensão, não será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar.
 - B) é da competência do Presidente do Tribunal, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, a instauração do processo disciplinar e a designação da comissão processante.
 - C) não haverá, em nenhuma hipótese, contagem de tempo de serviço se for determinado pela autoridade competente o afastamento preventivo de servidor de suas atividades, em função da instauração de processo administrativo disciplinar.
 - D) ao acusado em processo administrativo disciplinar é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório e, em qualquer hipótese, o defensor constituído deverá ser advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - E) nos casos de abandono de cargo ou função e de inassiduidade habitual, não há necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar, podendo o servidor ser demitido de imediato.
24. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. O servidor poderá se ausentar do serviço, sem qualquer prejuízo, nas seguintes hipóteses:
- A) até 8 (oito) dias, se estiver servindo ao Tribunal do Júri.
 - B) até 10 (dez) dias, por motivo de falecimento de cônjuge, pais, sogros, filhos, irmãos e menor sob guarda ou tutela.
 - C) para prestação de prova ou exame em curso regular ou em concurso público.
 - D) até 2 (dois) dias, para a prestação de prova em concurso público.
 - E) para utilização de horas de crédito a seu favor, desde que haja prévia concordância dos superiores hierárquicos.



25. Sobre as disposições atinentes aos recursos previstas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A arguição de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, a ser dirimida pelo Órgão Especial, deverá ser suscitada na Apelação, vedando-se sua arguição em sede de embargos infringentes, tanto no cível como no criminal.
 - B) O agravo regimental, que se processa nos próprios autos, é julgado pelo órgão que tem ou teria competência para a apreciação do feito originário ou recursal.**
 - C) Quando preenchidos os pressupostos de admissibilidade, os pedidos de reconsideração poderão, a critério do relator, suspender ou interromper os prazos recursais subsequentes, desde que relevantes os fundamentos.
 - D) Caberá agravo regimental, no prazo de dez dias, com efeito suspensivo, contra decisão que causar prejuízo ao direito da parte, proferida pelo Presidente do Tribunal, Vice-Presidente, Corregedor-Geral de Justiça ou relatores dos feitos.
 - E) Nos casos de litisconsórcio necessário ou facultativo, é essencial, para a validade do processamento e para o conhecimento do mérito do recurso, a individualização de todas as partes, mesmo quando já tenham sido qualificadas em outras peças do processo.
26. Sobre as garantias constitucionais, segundo as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado por meio da Resolução nº 589 de 08.04.2015, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A bem do Princípio da Verdade Real, poderá o assistente de acusação em processo criminal intervir no processo *habeas corpus*, desde que o faça antes da análise meritória do remédio constitucional.
 - B) Verificada a incompetência do Tribunal de Justiça para o julgamento do mandado de segurança, o relator, em decisão que interrompe o prazo decadencial para a nova propositura, extinguirá o feito sem enfrentamento do mérito, cabendo exclusivamente ao Impetrante promover nova distribuição do juízo competente.
 - C) No *habeas corpus*, o relator poderá ir ao local em que se encontrar o paciente, se este não puder ser apresentado por motivo de doença, sendo-lhe permitido delegar o cumprimento da diligência a Juiz criminal de primeira instância.**
 - D) Se, na pendência do processo de *habeas corpus*, cessar a alegada violência ou coação, julgar-se-á prejudicado o pedido, vedando-se à Câmara julgadora, nesta hipótese, declarar a ilegalidade do ato com enfrentamento do mérito ou mesmo adotar qualquer providência punitiva do responsável pelo ato atacado.
 - E) No *habeas corpus* preventivo, após a distribuição, o relator poderá mandar expedir, de ofício ou a requerimento da parte, salvo-conduto em favor do paciente, desde que presentes os pressupostos condicionantes de verossimilhança das alegações e prova inequívoca de dano irreparável ou de difícil reparação.
27. A Lei Estadual nº 1.511/1994 instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre os dispositivos atinentes à divisão judiciária, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O Código de Organização Judiciária veda expressamente a classificação das comarcas de acordo com critérios de rendas públicas ou extensão territorial, permitindo, no entanto, os de movimento forense e densidade demográfica.
 - B) Os distritos judiciários são compostos por tantos quantos forem os distritos administrativos fixados em lei, vedando-se ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul editar resolução a respeito.
 - C) A circunscrição judiciária de Ponta Porã compreende as comarcas de Angélica, Bataiporã e Anaurilândia.
 - D) A circunscrição judiciária de Maracaju compreende, além desta comarca, as de Nova Alvorada do Sul e de Rio Brilhante.**
 - E) As comarcas de Dourados e de Campo Grande são consideradas de entrância primeira, tendo em vista o movimento forense e a densidade demográfica das respectivas regiões.
28. Sobre os órgãos e a organização estrutural do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Estadual 1.511/1994, assinale a assertiva **CORRETA**.
- A) O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça não integram as Seções e as Câmaras, e são membros natos do Tribunal Pleno, Órgão Especial e do Conselho Superior da Magistratura.**
 - B) As funções do Ouvidor Judiciário serão exercidas por um juiz substituto de primeiro grau, nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça pelo mesmo triênio da Diretoria Administrativa correspondente.
 - C) Os juízes de paz, por não exercerem funções jurisdicionais, não fazem parte da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.



- D) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e Jurisdição em todo o Estado, compõe-se de quarenta e dois Desembargadores, cujo preenchimento deve dar-se exclusivamente por juizes de carreira, escolhidos pelo Tribunal Pleno por critérios de merecimento e antiguidade.
- E) O Tribunal Pleno, integrado por quarenta e dois Desembargadores, funcionará com a presença de, pelo menos, vinte e um, excluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.
29. Nos termos da Lei Estadual 1.511/1994, assinale a assertiva **CORRETA** acerca das correições.
- A) As correições poderão ser ordinárias periódicas ou extraordinárias, vedando-se as correições permanentes.
- B) Anualmente, até o mês de agosto, o juiz diretor do foro realizará a correição ordinária nos distritos da sua comarca, enviando relatório à Corregedoria-Geral de Justiça, no prazo de trinta dias.
- C) Incumbe exclusivamente ao Corregedor-Geral de Justiça as correições em relação a todos os serviços da justiça do Estado, inclusive quanto aos serviços das comarcas ou varas pertencentes às circunscrições judiciárias do Poder Judiciário.
- D) Os juizes incumbidos de serviços correicionais fora de sua comarca podem afastar-se desta por, no máximo, trinta dias.
- E) As correições ordinárias realizadas em comarcas ou varas competem aos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
30. "O Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Daí o amplo leque de atribuições que lhe confere a Constituição no plano da alta direção do Estado, nas relações internacionais e no plano da Administração Federal" (MENDES, Gilmar Ferreira. Poder Executivo. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 929). É atribuição do Presidente da República, de acordo com os parâmetros constitucionais:
- A) iniciar o processo legislativo para edição de decretos do Executivo.
- B) nomear o Presidente do Banco Central, após aprovação da Câmara dos Deputados.
- C) indicar os presidentes do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- D) dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Federal, por decreto, indicando eventuais aumentos de despesas e ou criação de órgãos públicos.
- E) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
31. "Como no Estado Federal há mais de uma ordem jurídica incidente sobre um mesmo território e sobre as mesmas pessoas, impõe-se a adoção de mecanismo que favoreça a eficácia da ação estatal, evitando conflitos e desperdício de esforços e recursos. A repartição de competências entre as esferas do federalismo é o instrumento concebido para esse fim" (BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Organização do Estado*. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 803). Sobre a repartição de competências prevista constitucionalmente, é **CORRETO** afirmar que:
- A) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência é competência material comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.
- B) a administração das reservas cambiais do país é competência privativa da União.
- C) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias cuja competência é privativa da União.
- D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito processual e procedimentos em matéria processual.
- E) no âmbito da competência concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.
32. A ordem econômica da Constituição Federal de 1988 é capitalista porque se apoia na apropriação privada dos meios de produção e na iniciativa privada. No entanto, a própria Constituição cuida de impor limites à atuação dos agentes econômicos. Sobre a ordem econômica e financeira na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá a função de planejamento, sendo este determinante apenas para parte da economia.
- B) Dentre outros, são princípios constitucionais da ordem econômica e financeira: soberania nacional, propriedade privada e tratamento favorecido a empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.
- C) A disposição constitucional relativa à liberdade de exercício de qualquer atividade econômica (artigo 170, parágrafo único, da Constituição Federal) é norma de eficácia limitada.



- D) A ordem econômica tem por fim assegurar o crescimento econômico e a inserção do país no mercado internacional globalizado.
- E) Por disposição constitucional expressa, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sempre gozam de privilégios fiscais a fim de manter seu equilíbrio contábil.
33. “O instituto político e jurídico-constitucional da intervenção opera, a despeito de o quanto isso possa soar paradoxal, como garante da integridade e do equilíbrio da Federação e, portanto, da respectiva autonomia que demarca a condição própria dos seus integrantes, no caso brasileiro, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, isso porque, embora a intervenção implique sempre maior ou menor ingerência no ente federativo que a sofre, ela ocorre para preservar o interesse maior do Estado Federal e, por via de consequência, dos demais entes federativos.” (SARLET, Ingo Wolfgang. *A organização do Estado*. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 787). Sobre o instituto da intervenção, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A União pode intervir exclusivamente nos Estados-membros e no Distrito Federal.
- B) Assim que cessados os motivos da intervenção, serão convocadas novas eleições no Estado ou Município no qual ocorreu a intervenção.
- C) O decreto do Executivo que materializa a intervenção federal deve ser submetido ao Senado no prazo máximo de dez dias após sua edição.
- D) Em todos os casos de intervenção haverá o controle do Poder Legislativo.
- E) A decretação de intervenção federal é atribuição privativa do Presidente da República.
34. A Constituição menciona as *emendas* como único sistema de mudança *formal* da Constituição. Assim, toda e qualquer mudança formal na Constituição só deve ser feita com base no seu art. 60, observando os limites ali instituídos. Sobre o processo legislativo relativo a emendas constitucionais, é **CORRETO** afirmar que:
- A) nesse caso, os atos de sanção e veto do Executivo são incabíveis.
- B) as emendas aprovadas pelo Legislativo serão promulgadas pela Mesa do Congresso Nacional.
- C) as emendas à Constituição rejeitadas podem ser reapresentadas na mesma sessão legislativa mediante proposta de maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- D) a Constituição admite, literalmente, a iniciativa popular como meio de propositura de emendas constitucionais.
- E) as cláusulas pétreas são limites materiais implícitos às emendas constitucionais.
35. “A ação direta de inconstitucionalidade constitui ação cujo objeto é a aferição da constitucionalidade da norma. Nessa ação não há conflito de interesses entre partes.” (MARINONI, Luiz Guilherme. *Controle de constitucionalidade*. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 1049). Relativamente à ação direta de inconstitucionalidade, é **CORRETO** afirmar que:
- A) normas constitucionais originárias podem ser objeto de controle de constitucionalidade.
- B) a decisão que declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo não poderá ser objeto de ação rescisória.
- C) trata-se de instrumento adequado para o controle de constitucionalidade de leis federais, estaduais, municipais e distritais.
- D) é exigida pertinência temática a todos os legitimados para sua propositura.
- E) decisão que acolhe inconstitucionalidade possui sempre efeitos *ex tunc*.
36. “Considerando que o constitucionalismo moderno, identificado com a figura de uma constituição escrita, se encontra umbilicalmente associado à noção de um poder constituinte, ou seja, de uma instância de poder que elabora a constituição na condição de norma jurídica fundamental do Estado, a teoria (e prática) do poder constituinte é parte indispensável de toda e qualquer teoria da constituição, mas também é crucial para a compreensão de determinada ordem constitucional concreta” (SARLET, Ingo Wolfgang. *Estrutura, funções e conteúdos das constituições*. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 99). Em relação ao tema, é **CORRETO** afirmar que o poder constituinte originário:
- A) condiciona o poder constituinte decorrente.
- B) é provisório e não mais se manifestará.
- C) não possui limitações de qualquer ordem.
- D) condiciona-se ao poder constituinte derivado reformador.
- E) condiciona-se às regras observadas no hiato constitucional.



37. Em processadores de texto é comum a utilização de teclas combinadas como atalho, para se ganhar mais produtividade. Sobre as teclas de atalho do LibreOffice Writer, é **CORRETO** afirmar que a combinação entre as teclas:
- A) “CTRL” e “S” é o atalho para sublinhar o texto selecionado.
 - B) “CTRL” e “S” é o atalho para salvar o documento.
 - C) “CTRL” e “B” é o atalho para salvar o texto do documento.
 - D) “CTRL” e “A” é o atalho para abrir um novo documento de texto.
 - E) “CTRL” e “N” é o atalho para negritar o texto selecionado.
38. A respeito de segurança da informação, é **CORRETO** afirmar que um *Worm* é:
- A) um programa ou parte de um programa de computador que se propaga por meio de cópias de si mesmo, infectando outros programas e arquivos de computador. O *Worm* depende da execução do programa ou do hospedeiro para ser ativado.
 - B) um programa que procura dar a garantia de retorno a um computador invadido, sem utilizar novas técnicas de invasão, ou que retorna ao computador invadido sem ser notado.
 - C) um *software* espião que tem como objetivo monitorar atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros.
 - D) um tipo de *software* projetado para apresentar propagandas, seja por meio de um navegador (*browser*), seja com algum outro programa instalado em um computador.
 - E) um programa capaz de se propagar automaticamente através de redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador. Difere do vírus por não embutir cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos.
39. Sobre o LibreOffice Calc, utilizando as células A1, A2 e A3, é **CORRETO** afirmar que:
- A) se as células possuem os valores Se A1=2, A2=3, e A3=b, a fórmula “CONT.VALORES(A1;A2;A3)” irá resultar em 2.
 - B) se as células possuem os valores Se A1=2, A2=3, e A3=b, a fórmula “SOMA(A1;A2;A3)” irá resultar em “5b”.
 - C) se as células possuem os valores Se A1=0, A2=0, e A3=b, a fórmula “CONTAR.VAZIO(A1;A2;A3)” irá resultar em 2.
 - D) se as células possuem os valores A1=2, A2=3, e A3=b, a fórmula “CONT.NÚM(A1;A2;A3)” irá resultar em 2.
 - E) se as células possuem os valores Se A1=0, A2=0, e A3=b, a fórmula “CONT.SE(A1;A2;A3)” irá resultar em “b”.
40. Sobre a funcionalidade “Caracteres Não Imprimíveis” do LibreOffice Writer, é **CORRETO** afirmar que:
- A) sua função é copiar uma formatação de um determinado trecho de texto e aplicar sobre outro, para que ambos fiquem com a mesma aparência.
 - B) sua função é mostrar marcas de formatação, como marcas de parágrafo, quebras de linha, paradas de tabulação e espaços.
 - C) sua função é realçar textos com cores para que estes não possam ser impressos posteriormente.
 - D) sua função é criar um efeito de espaçamento entre as linhas, de modo que o texto não fique totalmente agrupado.
 - E) sua função é sinalizar, através de uma marcação abaixo da palavra, possíveis erros gramaticais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Sobre a Teoria Geral dos Negócios Jurídicos, de acordo com as disposições previstas no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O erro ou ignorância é concebido como vício de vontade, constituindo-se causa geradora de invalidação dos negócios jurídicos. Nestes casos, o falso motivo, expressa ou tacitamente declarado, ainda que não seja manifestado como razão determinante do negócio, vicia a declaração de vontade e é pressuposto para anulação do ato.
 - B) O prazo prescricional para anulação de negócios jurídicos derivados de erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo ou fraude contra credores é de dois anos, contados, nestas hipóteses, da data em que o negócio jurídico se realizou.
 - C) Se ambas as partes procederem com dolo, é possível que o juiz declare a nulidade do negócio jurídico, desde que a parte prejudicada a requeira dentro do prazo de dois anos, contados da data de realização do ato.



- D) A partir dos planos de estruturação formal dos negócios jurídicos, é possível afirmar que a eficácia jurídica depende do atendimento a três requisitos básicos: o agente capaz; o objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e a forma prescrita ou não defesa em lei.
- E) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
42. Com relação à posse e aos direitos reais previstos no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Quando a posse indireta de pessoa que tem a coisa em seu poder derivar de relação de direito pessoal, sobrepor-se-á a ela sempre a posse direta, porque derivada do direito real de propriedade.
- B) Constituindo-se uma espécie de direito real de garantia, é assegurado ao credor pignoratício o direito de apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontra em seu poder.
- C) Não se admite a presunção de detenção do fâmulos da posse por meros atos comportamentais porque a relação de dependência para com o outro deve ser expressamente prevista em contrato.
- D) A propriedade das coisas móveis, corpóreas ou não, transfere-se por intermédio dos negócios jurídicos translativos, mesmo que operados antes da tradição.
- E) Tratando-se a hipoteca de direito real de garantia de natureza *propter rem*, são consideradas válidas as cláusulas contratuais que proibam o proprietário de alienar o imóvel hipotecado.
43. Acerca dos institutos jurídicos da prescrição e da decadência no âmbito do Direito Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Nas hipóteses em que o prazo decadencial for convencional, a parte a quem aproveita poderá alegá-lo em qualquer grau de jurisdição, mas é vedado ao juiz suprir a falta de alegação.
- B) Tem-se por interrompida a prescrição contra aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática de atos na vida civil.
- C) Nas obrigações divisíveis, a prescrição suspensa em favor de um dos credores, solidários ou não, aproveita os demais.
- D) Nas obrigações de natureza indivisível, a prescrição pode ser interrompida mais de uma vez, desde que as causas de interrupção sejam diversas.
- E) É possível a renúncia à decadência fixada em lei ou convencionalmente pelas partes, desde que o ato volitivo seja expresso.
44. Com relação às modalidades, à transmissão, ao adimplemento e à extinção das obrigações no âmbito do Direito Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) De acordo com o princípio da boa-fé objetiva aplicável às hipóteses de assunção de dívidas, o novo devedor poderá opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- B) Quando o devedor provar ser mais valiosa do que a originária, deve o credor receber a prestação diversa como objeto de pagamento, desde que a obrigação seja divisível.
- C) É inválido e ineficaz o adimplemento da obrigação realizado em favor de credor putativo, mesmo que o devedor tenha agido de boa-fé.
- D) Como regra geral, na cessão de créditos não estão abrangidos os seus respectivos acessórios e eventual cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, ainda que não conste do instrumento da obrigação transmitida.
- E) A regra *res perit creditori* indica que se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, deverá recebê-la o credor no estado em que se a encontre, sem direito à indenização.
45. Sobre o cumprimento da sentença que reconheça a existência de obrigação de pagar quantia certa, é **CORRETO** afirmar, segundo o Processo Civil brasileiro, que:
- A) a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante apelação, salvo quando importar em extinção da execução, caso em que caberá agravo de instrumento.
- B) na execução provisória, o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade sempre exigem prévia caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.
- C) a impugnação, como regra, é recebida com efeito suspensivo.
- D) a sentença arbitral é título executivo judicial.
- E) caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa diária no percentual de dez por cento.



46. Sobre a competência interna territorial no Processo Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.
- B) O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- C) Nas ações fundadas em direito real sobre bens imóveis, poderá o autor escolher entre o foro da situação da coisa e o foro do domicílio do réu, desde que o litígio recaia sobre direito de vizinhança.
- D) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- E) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

47. Uma das causas de extinção do processo, sem resolução de mérito, é a desistência da ação pelo autor. Sobre a desistência da ação no Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Sendo ato unilateral do autor, a desistência da ação, para produzir efeitos, dispensa a homologação judicial.
- B) A desistência da ação opera os mesmos efeitos jurídicos do que a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação.
- C) Em nenhuma hipótese será permitida a desistência da ação após o saneamento do processo.
- D) A desistência da ação obsta o prosseguimento da reconvenção.
- E) Depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

48. Sobre os institutos relativos à intervenção de terceiros no âmbito do Código de Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A denúncia da lide é ato exclusivo do réu, sendo-lhe facultativa na hipótese de o alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, buscar exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- B) No chamamento ao processo, a sentença que julgar procedente a ação condenando os devedores valerá como título executivo, em favor do que satisfizer a dívida, para exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou de cada um dos codevedores a sua quota, na proporção que lhes tocar.
- C) É inadmissível o chamamento ao processo do devedor na ação em que o fiador for réu, cabendo, nesta hipótese, a nomeação à autoria.
- D) A oposição, quando oferecida depois da audiência de instrução de julgamento, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação vinculada, devendo, no entanto, ser julgada posteriormente à causa principal.
- E) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou o possuidor.

49. Em relação aos tipos de Ação Penal previstos na legislação processual penal brasileira, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A Ação Penal Pública será promovida por denúncia do Ministério Público, ao passo que a Ação Penal Privada será promovida pelo ofendido ou seu representante legal, por meio de advogado.
- B) Os crimes de calúnia, injúria e difamação somente serão processados por meio de ação penal privada, independente de quem seja a vítima.
- C) O prazo prescricional para a representação nos casos de Ação Penal Pública Condicionada é de 06 (seis) meses, contados da data do fato.
- D) O prazo prescricional para ingressar com a Ação Penal Privada é de 06 (seis) meses contados a partir da data do fato, podendo ser prorrogado, caso a audiência de conciliação não se realize nesse prazo.
- E) O instituto da Transação Penal somente é cabível nos casos de Ação Penal Privada, tratando-se de acordo entabulado entre as partes, devendo este ser homologado pelo juiz.

50. Considerando superado o momento da vingança privada, o Estado passa a assumir a função de gestão dos conflitos penais, possuindo, portanto, a exclusividade na aplicação das penas criminais. No entanto, o exercício desse poder jurisdicional deve ser limitado, para a garantia dos direitos do cidadão, no Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, quanto à limitação do poder jurisdicional dada pela competência, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Havendo conexão ou continência entre infrações penais e crime doloso contra a vida, a competência será determinada conforme a pena prevista para o crime mais grave.



- B) A continência ocorre quando, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes, um deles tiver proferido despacho decisório antes do outro, ou pratique ato do processo ou de medida a este relativa.
- C) A competência em razão do lugar é considerada relativa, tendo em vista a possibilidade de prorrogação do foro, sendo determinada, segundo o Código de Processo Penal, pelo lugar em que a infração penal se consumar.
- D) A conexão ocorre quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração, havendo a necessidade de reunir os processos para apurar os fatos.
- E) A competência por prevenção se dá quando, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
51. Quanto à regulamentação do Código Penal para a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores somente quando ainda não houver sentença penal condenatória transitada em julgado.
- C) A lei excepcional ou temporária, uma vez decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, deixa de ser aplicada a fatos praticados durante sua vigência.
- D) A ultratividade da lei penal mais benéfica não é possível quando, na data da sentença, dita lei foi revogada por lei posterior mais gravosa.
- E) A retroatividade da lei penal mais benéfica não se aplica para os casos de *abolitio criminis*.
52. O *Parquet* Federal ofereceu denúncia contra Josefina Silva, pois, segundo a peça acusatória, a denunciada teria, ciente da ilicitude de sua conduta, auxiliado seu marido, então funcionário público, pois ocupava o cargo de Secretário de Estado, a receber ilegalmente valor em espécie, na quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Ainda, segundo a denúncia, o dinheiro utilizado nessa prática era proveniente dos cofres públicos, obtido por um sistema de contratações públicas viciadas, por meio das quais os empresários do esquema criminoso repassavam parte do dinheiro público recebido a integrantes da organização criminoso que, por sua vez, enriqueciam-se ilicitamente e, novamente, alimentavam o esquema criminoso. Considerando esse contexto fático, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Josefina Silva não deve responder pelo crime de “peculato”, tendo em vista que esse tipo penal somente pode ser praticado por funcionário público e, no caso em análise, apenas o seu marido era funcionário público (art. 312 c/c art. 30 do CP).
- B) Josefina Silva deve responder pelo crime de “peculato”, tendo em vista que, nos termos da denúncia, obteve benefício financeiro proveniente de desvio de dinheiro do Estado, na companhia de seu esposo, que ocupava cargo público (art. 312 do CP).
- C) Josefina Silva deve responder pelo crime de “corrupção passiva”, tendo em vista que, nos termos da denúncia, obteve benefício financeiro proveniente de desvio de dinheiro do Estado, na companhia de seu esposo, que ocupava cargo público (art. 317 do CP).
- D) Josefina Silva deve responder pelo crime de “emprego irregular de verbas ou rendas públicas”, tendo em vista que recebeu dinheiro proveniente dos cofres públicos, o qual teria destinação diversa (art. 315 do CP).
- E) Josefina Silva deve responder pelo crime de “concussão”, tendo em vista que, nos termos da denúncia, obteve benefício financeiro proveniente de desvio de dinheiro do Estado, na companhia de seu esposo, que ocupava cargo público (art. 316 do CP).
53. Jorge, funcionário público federal, é acusado de receber valores para facilitar a concessão de aposentadorias indevidamente. Com o objetivo de investigar as referidas acusações, o órgão no qual Jorge está lotado encaminha ofício à Polícia Federal, pedindo a instauração de Inquérito Policial, informando apenas que Jorge foi visto no estacionamento do local de trabalho recebendo a quantia de R\$ 200,00 de terceiro. A fim de investigar os fatos, a primeira providência do delegado foi determinar a realização de busca e apreensão na casa do acusado, sem, contudo, solicitar autorização judicial. Com base no caso narrado, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Neste caso, mesmo que busca e apreensão seja realizada sem autorização judicial, sendo encontrada prova cabal do delito, esta pode ser utilizada no processo em defesa do princípio da verdade real.
- B) Considerando que durante a busca e apreensão foram encontradas anotações com o nome de pessoas e datas de concessão do benefício da aposentadoria, esses documentos serão admitidos como meio de prova, ainda que tenham sido obtidos exclusivamente por meio da busca e apreensão.
- C) No caso em análise, realizada a instrução judicial, nenhuma outra prova fora produzida, além dos elementos encontrados na busca e apreensão, durante o período investigatório. Nesse sentido, pode o juiz condenar Jorge com base nas provas colhidas exclusivamente durante a investigação preliminar.



- D) A busca e apreensão somente poderá ser realizada após a expedição do competente mandado, cuja ordem deve ser expedida por juiz competente, desde que haja fundadas razões para deferi-la.
- E) Ainda que a busca e apreensão não seja admitida como prova, haja vista a ausência de decisão judicial autorizando-a, ela não será desentranhada do processo, uma vez que faz parte do caderno processual.
54. Quanto ao tipo penal de lavagem de dinheiro, previsto na Lei nº 9.613/1998, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Considera-se consumado o crime de lavagem de dinheiro quando o agente solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- B) Considera-se consumado o crime de lavagem de dinheiro quando o agente obtiver, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
- C) Considera-se consumado o crime de lavagem de dinheiro quando o agente ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
- D) Considera-se consumado o crime de lavagem de dinheiro quando o agente iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadorias.
- E) Considera-se consumado o crime de lavagem de dinheiro quando o agente ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo, quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei.
55. Riobaldo, ciente da ilicitude da sua conduta, decide por ingressar em uma agência da Caixa Econômica Federal, na qual avista uma senhora que realiza operações no caixa automático, com o intuito de subtrair-lhe os valores sacados. Riobaldo, ao se aproximar da senhora, sorrateiramente, subtrai para si o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta reais) sacados, sem que a vítima perceba. Levando em consideração o caso acima narrado, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Caso Riobaldo se arrependa do que fez e decida devolver o dinheiro, ele poderá fazê-lo a qualquer momento, respondendo neste caso, por tentativa de furto.
- B) Caso Riobaldo, no exato momento da subtração dos valores, seja surpreendido e impedido de dar continuidade ao seu intento por um policial militar que ingressou na agência, ele deverá responder pelo referido delito na sua forma consumada.
- C) Caso Riobaldo decida por subtrair tais valores utilizando-se do emprego de grave ameaça, mediante a simulação de estar portando arma de fogo, poderá receber o benefício do arrependimento posterior, caso seja condenado a reparar o dano e devolver a quantia em dinheiro.
- D) Caso Riobaldo se arrependa do que fez e decida devolver o dinheiro, ele poderá fazê-lo até o recebimento da denúncia, tendo, assim, uma redução na sua pena de um a dois terços.
- E) Caso Riobaldo tenha ficado por minutos planejando seu intento criminoso, observando o comportamento da referida senhora e o movimento na agência bancária, vindo a desistir da conduta criminoso, ainda assim deve responder pelo crime com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
56. Quanto aos Recursos previstos no Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) A Apelação Criminal é o recurso responsável pelo questionamento de sentenças definitivas ou com força de definitiva, sejam condenatórias ou absolutórias, proferidas por juiz singular ou pelo Tribunal do Júri, devendo ser interposta no prazo de 05 (cinco) dias.
- B) É cabível o Recurso em Sentido Estrito da decisão ou do despacho que receber a denúncia ou a queixa; que impronunciar o réu; e que decidir sobre a unificação de penas, devendo ser interposto no prazo de 08 (oito) dias.
- C) Caberá a interposição da Revisão Criminal pela defesa, devendo esta ser dirigida aos tribunais, das decisões exaradas em processo já com trânsito em julgado da sentença, quando a decisão condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.
- D) A Carta Testemunhável é cabível das decisões que deneguem o recurso ou que obstem o seu prosseguimento, devendo ser dirigida diretamente ao escrivão ou secretário do tribunal, indicando-se as peças a serem transladadas, no prazo de 48 horas.
- E) É cabível *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, podendo ser interposto por qualquer pessoa e a qualquer momento.



57. Quanto ao Procedimento dos Juizados Especiais Criminais, estabelecido pela Lei nº 1.071/90, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Sendo as partes encaminhadas para o Juizado, será instalada a audiência preliminar, com o fim de promover a composição dos danos e da aceitação da proposta da aplicação imediata da pena não privativa de liberdade.
- B) Os Juizados Especiais Criminais terão competência privativa para processar e julgar as infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as infrações cuja pena privativa de liberdade mínima não ultrapasse um ano.
- C) Não obtida a composição dos danos civis, será dado o prazo de 10 (dez) dias ao ofendido para exercer o direito de representação verbal. O não oferecimento de representação nesse prazo implica decadência do seu direito.
- D) Não sendo possível a conciliação ou não sendo aceita a proposta de imposição de uma pena restritiva de direitos, será imediatamente agendada audiência de instrução e julgamento.
- E) A audiência de instrução e julgamento será composta pelos seguintes atos, a serem realizados nesta ordem: interrogatório do réu; inquirição da vítima; inquirição das testemunhas arroladas pelo Ministério Público ou querelante; inquirição das testemunhas arroladas pela defesa; debates orais e sentença.

58. Matheus está sendo acusado da prática de um crime de competência do Juizado Especial Criminal. Ao ser encaminhado da delegacia para o juízo, é agendada audiência de conciliação. Ocorre, porém, que nem Matheus e nem a vítima tinham interesse em conciliar. Tendo prosseguido o feito, o Ministério Público, antes de oferecer a denúncia, fez a proposta para o acusado de prestação de serviço à comunidade, a qual ele está pensando em aceitar. Com base no caso narrado e observando a redação da Lei 1071/90, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Essa proposta do Ministério Público é chamada de suspensão condicional do processo e pode ser realizada desde que o acusado não possua antecedentes criminais ou não esteja respondendo a outra ação penal, não podendo este fazer uso desse benefício novamente no prazo de 04 (quatro) anos.
- B) Caso Matheus decida aceitar a proposta, ele não terá direito, no prazo de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, ao benefício da suspensão condicional do processo.
- C) Essa proposta do Ministério Público é chamada de transação penal e pode ser realizada desde que o acusado não possua antecedentes criminais, não podendo este fazer uso desse benefício novamente no prazo de 05 (cinco) anos.
- D) O não cumprimento das condições impostas no acordo homologado implica imediato reconhecimento da responsabilidade por parte do noticiado e admissão da culpa, desde que não tenha transcorrido o prazo prescricional da pretensão punitiva.
- E) O benefício somente poderá ser ofertado a critério do Ministério Público, caso este entenda ser cabível para o caso e desde que o noticiado não seja considerado pessoa de alta periculosidade.

59. Sobre as fases decisória e recursal dos Juizados Especiais Cíveis, segundo as disposições Lei Estadual 1.071/1990, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os embargos de declaração, cabíveis contra qualquer pronunciamento judicial, interrompem o prazo para a interposição de Apelação, devendo ser opostos na forma escrita, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação oficial do ato atacado, independentemente de preparo.
- B) Como regra geral, não haverá preclusão das decisões interlocutórias e o recurso de apelação terá somente efeito devolutivo.
- C) O reconhecimento da incompetência territorial não é causa de extinção do processo, mas de deslocamento do feito ao juízo competente, local em que serão aproveitados os atos anteriormente realizados em atendimento aos Princípios da Economia Processual e do Aproveitamento dos Atos Válidos.
- D) Em face da sentença homologatória de conciliação ou do laudo arbitral, caberá apelação para o próprio Juizado, no prazo de dez dias, cujo preparo deverá ser realizado no prazo de 02 (dois) dias, independentemente de nova intimação.
- E) O relator de recurso de apelação, em decisão irrecorrível, negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante das Turmas Recursais ou de Tribunal Superior.



60. A Lei Estadual 1.071/1990 dispõe sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre seus dispositivos relativos à composição de competência, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Cada unidade jurisdicional dos Juizados Especiais Cíveis será composta por juízes leigos, escolhidos entre advogados devidamente inscritos no Conselho de Classe, com no mínimo 05 (cinco) anos de efetiva atividade jurídica comprovada.
 - B) A opção pelo procedimento previsto na Lei do Juizado Especial Cível sul-mato-grossense implicará renúncia tácita ao crédito excedente ao limite de 40 (quarenta) salários-mínimos, inclusive nas hipóteses de conciliação e de arbitragem.
 - C) Ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais compete aprovar, pelo seu Presidente, as indicações de conciliadores, dentre os indicados pelo Juiz togado, titular do Juizado Especial.
 - D) A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso do Sul será responsável por designar os árbitros para atuação dentro do Juizado, os quais serão escolhidos dentre os Juízes Leigos e Conciliadores pertencentes à respectiva unidade jurisdicional do Juizado Especial Cível ou Criminal onde deverão atuar.
 - E) Nas demandas promovidas para fins de reparação de danos materiais ou morais, considera-se competência absoluta e exclusiva o foro do domicílio do Reclamado.
-



EM BRANCO



EM BRANCO